TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA NA MODALIDADE PESSOA JURÍDICA PARA PROPOSTA DE REVISÃO PERÍODICA DA RESERVA DA BIOSFERA DA CAATINGA

1. PROJETO

Este Termo de Referência (TdR) será executado no âmbito do Programa Áreas Protegidas da Caatinga (ARCA).

2. UNIDADE DEMANDANTE

A unidade demandante desta contratação é o Departamento de Áreas Protegidas (DAP), da Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais (SBio), do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), responsável pela coordenação do Programa ARCA.

O Fundo Brasileiro para Biodiversidade (FUNBIO), associação civil privada sem fins lucrativos, atua como gestor financeiro e executivo do Programa ARCA. Parceiro estratégico dos setores público e empresarial e da sociedade civil em iniciativas que consolidam políticas de conservação, viabilizam programas de financiamento ambiental e investimentos socioambientais de empresas e no cumprimento de suas obrigações legais, o FUNBIO atua também como apoio técnico aos programas e projetos.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO

A iniciativa insere-se no esforço do MMA de ampliar e fortalecer o sistema de áreas protegidas no bioma Caatinga, apresentando convergência direta com os resultados do Programa ARCA, relacionados à criação de novas unidades de conservação e ao fortalecimento da conservação da biodiversidade no bioma.

A revisão periódica da Reserva da Biosfera constitui oportunidade para atualizar a leitura territorial da Caatinga, articulando as unidades de conservação existentes, áreas de elevada importância para a biodiversidade, corredores e áreas relevantes para a conectividade ecológica, territórios estratégicos para restauração e outros instrumentos de conservação e ordenamento territorial.

Nesse contexto, um dos resultados esperados do serviço será a identificação de lacunas de proteção e de áreas estratégicas que possam subsidiar a criação e a ampliação de unidades de conservação, contribuindo para aumentar a representatividade ecológica, a conectividade e a efetividade do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) na Caatinga. O trabalho deverá, assim, gerar subsídios territoriais e técnicos que possam orientar e fortalecer os processos de criação de unidades de conservação conduzidos pelo MMA, pelo ICMBio e órgãos gestores estaduais.

A contratação permitirá, simultaneamente, atualizar os limites e o zoneamento da Reserva da Biosfera segundo as diretrizes do Programa Homem e a Biosfera – MaB, previsto no art. 41 da Lei 9985/2000, que instituiu o SNUC, e estabelecer bases para uma governança mais efetiva, capaz de

articular União, estados, municípios, gestores de unidades de conservação, instituições científicas, organizações da sociedade civil, povos e comunidades tradicionais e demais atores relevantes.

A iniciativa apresenta ainda importante complementaridade com a proposta brasileira de candidatura das Áreas Protegidas das Florestas Tropicais Secas da Caatinga à Lista do Patrimônio Mundial, atualmente em desenvolvimento, possibilitando maior coerência entre a expansão do sistema de áreas protegidas, a conectividade ecológica e outros instrumentos de conservação e gestão integrada da paisagem.

Como principais resultados, espera-se que a consultoria produza: (i) diagnóstico atualizado da configuração territorial e institucional da Reserva da Biosfera da Caatinga; (ii) proposta tecnicamente fundamentada de revisão de seus limites e zoneamento; (iii) identificação de lacunas de proteção e de áreas estratégicas para subsidiar a criação e ampliação de unidades de conservação e o fortalecimento da conectividade; (iv) proposta atualizada de governança da Reserva; e (v) diretrizes estratégicas para sua implementação e monitoramento.

O trabalho deverá combinar análise técnica e espacial com processo participativo estruturado, incluindo oficinas regionais e articulação com os principais atores institucionais e territoriais, de forma a assegurar consistência técnica, representatividade ecológica, viabilidade institucional e legitimidade à proposta resultante.

3.1 Programa ARCA:

O Programa ARCA é uma iniciativa que coordenada pela SBio/MMA e tem o FUNBIO como Agência Executora, responsável pela gestão financeira e operacional. Os recursos financeiros são provenientes do Fundo do Marco Global para a Biodiversidade (GBFF, na sigla em inglês), sob gestão do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês), e supervisionado pelo Fundo Mundial para a Natureza (WWF-US, na sigla em inglês), que atua como Agência Implementadora. A duração prevista é de dezembro de 2024 a maio de 2030 e o valor total é de US$ 8.864.220 (oito milhões oitocentos e sessenta e quatro mil duzentos e vinte dólares americanos).

O Programa ARCA tem o objetivo de, conforme seu manual operacional, fortalecer a conservação do bioma Caatinga, por meio da expansão e aprimoramento da gestão eficaz do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), da conservação de espécies ameaçadas de extinção e do engajamento de Povos Indígenas, Povos Tradicionais e Comunidades Locais, aumentando a resiliência da biodiversidade e melhorando seus meios de subsistência.

Dessa forma, o Programa é desenvolvido e implementado por meio de 04 (quatro) componentes:

(1) Criação e Aprimoramento da Efetividade de Gestão de UCs. Nesse componente, o foco é o fortalecimento de 09 (nove) UCs e seus entornos nos estados da Bahia, Paraíba, Pernambuco e Piauí, além da proposição de novas áreas protegidas a serem definidas;

(2) Conservação de Espécies Ameaçadas, com o aprimoramento na implementação dos Planos de Ação Nacionais para a Conservação de Espécies Ameaçadas (PANs) e o combate à caça ilegal e ao tráfico de vida silvestre;

(3) Capacitação das Equipes das UCs e de Grupos de Povos Indígenas, Povos Tradicionais e Comunidades Locais e das Equipes das UCs, para melhor governança, gestão e uso sustentável dos recursos naturais;

(4) Comunicação do Programa ARCA e Gestão do Conhecimento.

Considerando a sua área de abrangência, o Programa ARCA tem como foco o fortalecimento de 09 (nove) UCs, atuando tanto em seus territórios quanto em suas áreas de entorno, distribuídas em quatro estados do bioma Caatinga (Bahia, Paraíba, Pernambuco e Piauí).

No âmbito federal, as UCs beneficiárias são: Parque Nacional (PARNA) Boqueirão da Onça (BA); Área de Proteção Ambiental (APA) do Boqueirão da Onça (BA); PARNA da Serra do Teixeira (PB); PARNA Serra das Confusões (PI).

Na esfera estadual, são as seguintes: APA Lagoa de Itaparica (BA); APA Lago do Sobradinho (BA); APA Dunas e Veredas do Baixo-Médio São Francisco (BA); Parque Estadual (PE) Mata da Pimenteira (PE); Estação Ecológica (ESEC) Serra da Canoa (PE). Os órgãos gestores apoiados no Programa ARCA são: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Secretaria de Meio Ambiente, Sustentabilidade e de Fernando de Noronha de Pernambuco (Semas-PE), Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco (CPRH), Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (Inema) e Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA-BA). O mapa (figura 1) abaixo identifica as UCs integrantes do Programa ARCA no contexto da Reserva da Biosfera da Caatinga:

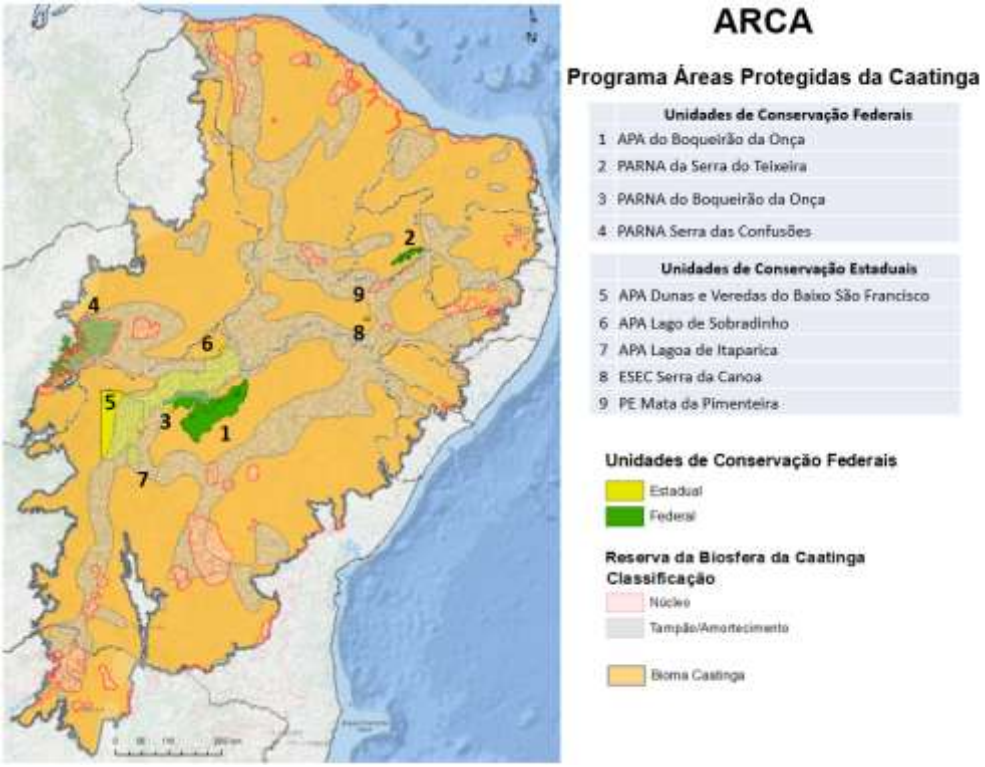


Figura 1. Unidades de Conservação integrantes do Programa ARCA. Crédito: FUNBIO.

O Programa ARCA considera que a existência de populações em perímetros de UCs é fato recorrente e adota como princípio fundamental na criação, consolidação e manutenção de UCs o pleno envolvimento da sociedade local, regional e nacional, com destaque aos Povos Indígenas, Povos Tradicionais e Comunidades Locais residentes dentro ou no entorno das UCs selecionadas. Nesse sentido, há mecanismos para assegurar a efetiva participação dessas populações nas ações que serão desenvolvidas, conforme definidos nos documentos de salvaguardas do Programa ARCA.

Dessa forma, é essencial que as partes envolvidas com a execução do Programa ARCA, inclusive os prestadores de serviços especializados, tenham conhecimento sobre o conteúdo dos documentos

indicados a seguir, os quais também estão disponíveis no site oficial do FUNBIO (https://www.funbio.org.br/programas_e_projetos/arca-areas-protegidas-da-caatinga/).

1) Diretrizes de Gestão Ambiental e Social, Diretrizes de Processos e Marco de Planejamento para Povos Indígenas e Tradicionais;
2) Plano de Engajamento das Partes Interessadas;
3) Plano de Ações de Gênero.

3.2 Reservas da Biosfera

As Reservas da Biosfera foram criadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, em sua sigla em inglês) em 1972. Atualmente, encontram-se distribuídas por mais de 100 países com sustentação no programa "O Homem e a Biosfera" (MAB, em sua sigla em inglês), compondo uma rede mundial de áreas que têm por finalidade a Pesquisa Cooperativa, a Conservação do Patrimônio Natural e Cultural e a Promoção do Desenvolvimento Sustentável.

A Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2.000, que institui o SNUC, reconhece em seu capítulo XI a Reserva da Biosfera como "*um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais*". Notadamente, pode-se considerar que as Reservas da Biosfera fortalecem a agenda das UCs ao integrá-las em um modelo territorial mais amplo, conectando áreas protegidas estritas com zonas de uso sustentável, promovendo o desenvolvimento socioeconômico, o conhecimento científico e a cooperação entre poder público e comunidades locais.

No Brasil, as Reservas da Biosfera foram estabelecidas, em sua maioria, entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000, como resultado de um esforço conjunto do MMA, governos estaduais, instituições de pesquisa e organizações da sociedade civil. Naquela época, esta era considerada uma das principais políticas públicas aplicadas pelo governo brasileiro para destacar a importância da biodiversidade brasileira nos diferentes biomas, fortalecendo o papel das áreas protegidas e inserindo a população de uma maneira mais abrangente no reconhecimento dos espaços no seu cotidiano. Atualmente, o país conta com as seguintes Reservas da Biosfera reconhecidas pela UNESCO: Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal, Serra do Espinhaço, Amazônia Central, Caatinga, Cinturão Verde da Cidade de São Paulo.

Com as sucessivas mudanças de governo, embora as Reservas da Biosfera tenham mantido seu reconhecimento internacional no âmbito do Programa MAB, elas perderam protagonismo nas políticas públicas internas voltadas ao ordenamento territorial e à conservação da biodiversidade. Como consequência, verificou-se uma descontinuidade no apoio institucional, na articulação entre os diferentes níveis de governo e na implementação de ações voltadas à gestão integrada desses territórios, reduzindo sua efetividade como instrumentos de planejamento territorial, conservação ambiental e promoção do desenvolvimento sustentável.

Mais recentemente, as Reservas da Biosfera voltaram a integrar a agenda estratégica do MMA em 2024, com a recriação da Comissão Brasileira para o Programa Homem e a Biosfera (COBRAMAB), por meio do Decreto nº 12.035, de 28 de maio de 2024. Tal retomada demonstra a notória necessidade de revitalizar e aperfeiçoar a implementação do Programa e representa um marco para a consolidação das conquistas alcançadas pelas Reservas da Biosfera como instrumentos de gestão integrada do território nacional.

3.3. A Reserva da Biosfera da Caatinga e a importância de sua Revisão Periódica

A Reserva da Biosfera da Caatinga, reconhecida pela UNESCO em 2001, abrange o maior bioma exclusivamente brasileiro e constitui a maior floresta tropical seca da América Latina. Com cerca de 103,7 milhões de hectares, estende-se por aproximadamente 1.280 municípios, abrangendo cerca de 60% da Região Nordeste, parte do norte de Minas Gerais e aproximadamente 13% do território nacional, onde vivem cerca de 28 milhões de pessoas.

A Reserva foi concebida para conciliar conservação da biodiversidade, desenvolvimento sustentável e produção de conhecimento científico, promovendo a gestão integrada do semiárido brasileiro. Sua estrutura de zonas núcleo, de amortecimento e de transição favorece a conectividade ecológica entre áreas protegidas e estabelece corredores que conectam a Caatinga aos biomas Mata Atlântica e Cerrado. Abaixo, as figuras 2 e 3 apresentam, respectivamente, a área de domínio da Caatinga com suas áreas protegidas e o território da Reserva da Biosfera da Caatinga.

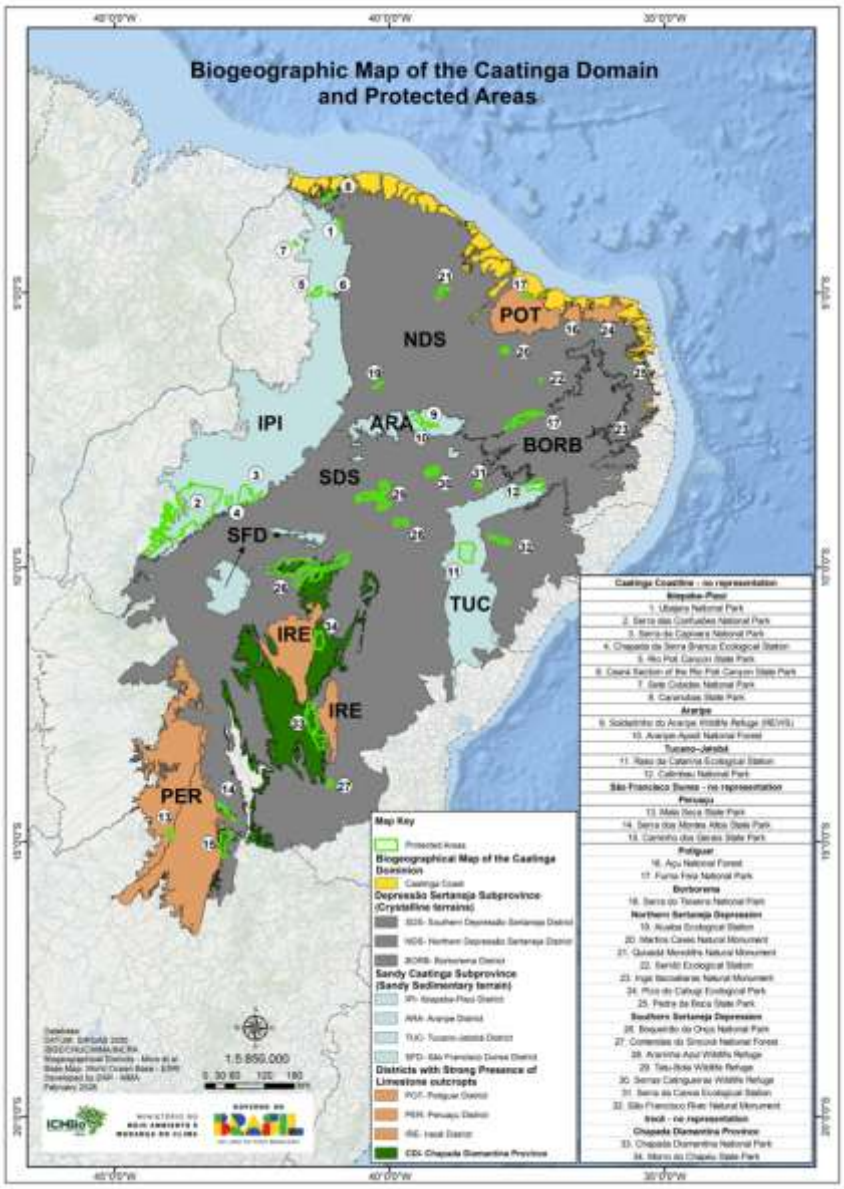


Figura 2: Mapa do Bioma da Caatinga e suas áreas protegidas. Crédito: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Caatinga.

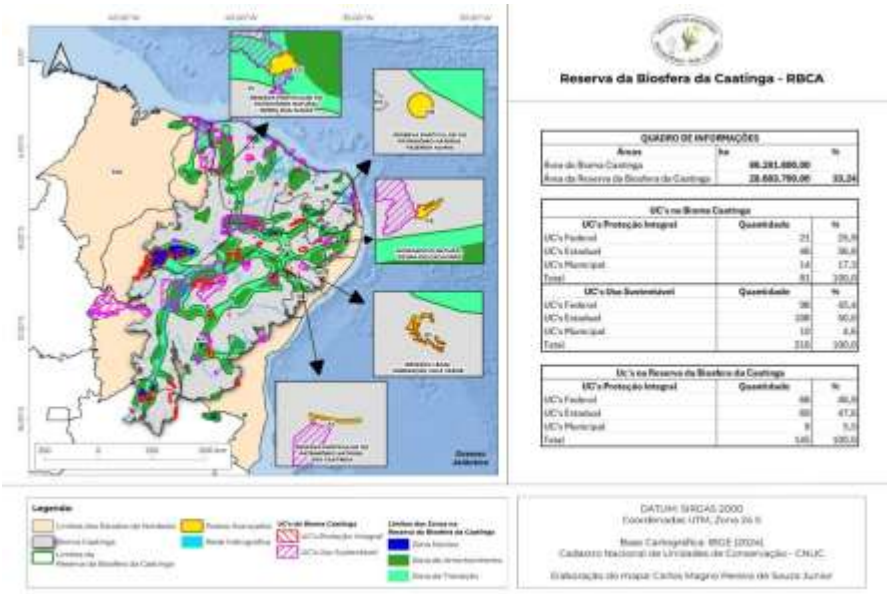


Figura 3: Mapa da Reserva da Biosfera da Caatinga. Crédito: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Caatinga.

No entanto, sua atual configuração apresenta desafios associados à esta escala territorial excessivamente ampla. Seu desenho foi definido há mais de duas décadas, em um contexto ambiental, institucional e científico bastante diferente do atual: desde o seu reconhecimento pela UNESCO em 2001, houve a criação de novas unidades de conservação, o reconhecimento de territórios indígenas e de povos e comunidades tradicionais, a definição de novas áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, além do avanço do conhecimento sobre conectividade ecológica e planejamento da paisagem.

A Revisão Periódica (*Periodic Review*) é o principal mecanismo de acompanhamento e controle de qualidade da Rede Mundial de Reservas da Biosfera (WNBR). Prevista no Artigo 9 do Marco Estatutário da Rede Mundial de Reservas da Biosfera, ela tem por objetivo verificar, a cada dez anos, se uma Reserva da Biosfera continua atendendo aos critérios que justificaram seu reconhecimento pela UNESCO e se permanece cumprindo adequadamente as funções do Programa MAB.

A Revisão Periódica da Reserva da Biosfera da Caatinga representa uma oportunidade estratégica para avaliar sua conformidade com o Marco Estatutário da Rede Mundial de Reservas da Biosfera e com o Processo de Excelência do Programa Homem e Biosfera (MAB) da UNESCO, ao mesmo tempo em que impulsiona a atualização e o fortalecimento de sua governança. Além de atender ao requisito decenal para manutenção do reconhecimento internacional, o processo permitirá reativar e consolidar as instâncias de governança da Reserva da Biosfera, promovendo maior integração entre os órgãos gestores, instituições de pesquisa, comunidades locais e demais parceiros.

Nesse contexto, as unidades de conservação que compõem as zonas núcleo e de amortecimento, assumem papel estruturante na articulação territorial da Reserva da Biosfera, funcionando como referência para a conservação da biodiversidade, a conectividade ecológica e a implementação de estratégias de desenvolvimento sustentável em escala regional. A revisão também possibilitará atualizar o zoneamento, a representação cartográfica, os mecanismos de gestão participativa e os instrumentos de planejamento, reforçando o papel da Reserva da Biosfera da Caatinga como plataforma de cooperação entre as áreas protegidas e os diferentes atores do território, em consonância com as diretrizes mais recentes do Programa MAB.

Tal iniciativa, à luz das novas diretrizes da UNESCO (*Hangzhou Strategic Action Plan 2026–2035*) e das prioridades nacionais de conservação, apresenta concordância também com os objetivos do Programa ARCA, ao favorecer a gestão integrada de UCs, corredores ecológicos, áreas prioritárias para conservação e territórios ocupados por povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, ampliar a conectividade da paisagem e a efetividade das ações de conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Em alinhamento com as diretrizes do Programa ARCA, que preveem a promoção da integração e da sinergia entre políticas públicas, planos, programas e iniciativas incidentes em sua área de atuação, bem como o fortalecimento das conexões com os compromissos internacionais relacionados à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade, a atualização da Reserva da Biosfera da Caatinga contribuirá para consolidar um modelo de gestão territorial capaz de articular diferentes instrumentos de conservação, promover o desenvolvimento sustentável em escala regional e fortalecer a governança participativa.

Dentro de um contexto mais prático, a revisão periódica da Reserva da Biosfera da Caatinga pode, adicionalmente, contribuir de forma transversal e estruturante para o alcance dos resultados e produtos esperados no Programa ARCA, previstos no Manual Operacional do Programa, ao constituir uma ferramenta de diagnóstico para compreensão da dinâmica territorial da Caatinga, contribuindo para a definição de áreas prioritárias e oferecendo uma base comum para orientar a criação, ampliação e o fortalecimento da gestão de UCs.

Além disso, a revisão periódica permitirá cruzar informações sobre biodiversidade, espécies ameaçadas, pressões ambientais e ocupação socioeconômica, territorializando os objetivos dos PANs, ou seja, permitindo identificar onde determinadas ações são mais urgentes e como elas se relacionam com as UCs e demais estratégias de conservação.

No resultado esperado referente à governança, a revisão periódica pode ser estruturada dentro de um processo de escuta, consulta e pactuação, envolvendo todos os atores interessados na implementação do Programa ARCA e no processo de atualização da Reserva da Biosfera. Tal ponto é visivelmente importante para o produto relacionado à capacitação e treinamentos, na medida em que transformar a revisão em uma oportunidade concreta para fortalecer as capacidades e a participação de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e demais atores locais na governança das UCs e no uso sustentável da biodiversidade.

A Reserva da Biosfera, uma vez revisada, poderá funcionar como uma plataforma de articulação entre as diferentes instituições e políticas, ponto especialmente relevante para questões que ultrapassam os limites individuais das UCs, tais como corredores ecológicos, conservação de espécies, conectividade e conflitos no uso do território.

A periodicidade da revisão é particularmente importante porque funcionará como um mecanismo de monitoramento estratégico, ao identificar as mudanças, a dinâmica das ameaças, a efetividade das ações e quais prioridades necessitam ser reavaliadas. Nesse sentido, a revisão conecta-se fortemente com os resultados esperados no âmbito da gestão do conhecimento, transformando os aprendizados que serão acumulados no Programa ARCA em conhecimento sistematizado e replicável.

Em suma, a estratégia de modernização desse importante instrumento de gestão integrada da paisagem contribuirá para a identificação de áreas prioritárias para criação de UCs e permitirá, entre outro, potencializar os resultados das unidades de conservação beneficiárias do Programa ARCA, além de fortalecer a conectividade ecológica do bioma e ampliar a articulação entre políticas públicas.

Por fim, considerando os recursos orçamentários disponíveis no Programa ARCA, a presente contratação deverá priorizar a definição de elementos essenciais e estruturantes da revisão periódica, orientados pelas etapas e produtos deste TdR, de modo a garantir que as propostas resultantes do estudo sejam tecnicamente consistentes e institucionalmente viáveis.

4. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

4.1 Objetivo Geral

Realizar a Revisão Periódica da Reserva da Biosfera da Caatinga, mediante a revisão e atualização de seus limites, zoneamento e modelo de governança, fortalecendo a integração entre as unidades de conservação que compõem suas zonas núcleo e os demais atores do território, de modo a consolidá-la como uma plataforma territorial para a implementação das agendas de biodiversidade, clima, desenvolvimento sustentável, combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca (PAB-Brasil, 2024), em conformidade com o Marco Estatutário e o Processo de Excelência do Programa Homem e Biosfera (MAB) da UNESCO e alinhada ao *Hangzhou Strategic Action Plan 2026–2035.*

4.2 Objetivos Específicos

- Propor nova delimitação territorial com base em critérios ecológicos, sociais e institucionais;
- Reestruturar o zoneamento (núcleo, zona de amortecimento e transição), considerando as áreas protegidas existentes no território e preservando os direitos territoriais existentes, tendo em vista que o reconhecimento de uma Reserva da Biosfera não gera efeitos jurídicos sobre estes ou sobre a propriedade, ou seja, não são geradas novas restrições de uso, desapropriações, aquisições de terras ou alterações nos direitos sobre o território reconhecido;
- Propor modelo de governança multinível, funcional e implementável, considerando as questões de gênero e juventude;
- Identificar áreas prioritárias para conectividade e criação de UCs, garantindo os direitos de moradia e participação social dos indivíduos residentes na área designada;
- Incorporar os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) ao processo de revisão da Reserva da Biosfera, fortalecendo sua participação na governança e a integração entre áreas protegidas e territórios tradicionais, observando, nesse processo, os documentos e procedimentos de salvaguardas aplicáveis do Programa ARCA.
- Estabelecer diretrizes para monitoramento e avaliação;
- Relacionar a proposta com outras políticas públicas brasileiras, bem como realizar todas as aderências e vínculos necessários às diretrizes do Programa MAB e do Programa ARCA;
- Propor uma estratégia de desenvolvimento sustentável para a Reserva da Biosfera da Caatinga, vinculando-a com as iniciativas regionais e locais e promovendo engajamento e continuidade das ações, por meio da valorização e certificação de produtos e serviços associados à Reserva, do fortalecimento de circuitos roteiros de turismo sustentável e de outros mecanismos de geração de valor, de forma a beneficiar os territórios e assegurar que

parte dos recursos gerados seja revertida para gestão, consolidação e fortalecimento da própria Reserva;

- Consolidar uma proposta final de revisão da Reserva da Biosfera do Caatinga, com destaque para a questão geoespacial, envolvendo os Estados associados ao Bioma.

5. RESULTADOS ESPERADOS

Como resultados esperados deste TdR, prevê-se a configuração territorial da Reserva da Biosfera da Caatinga revisada e atualizada, fundamentada em critérios técnicos, científicos e socioambientais; um zoneamento compatível com as diretrizes do Programa Homem e a Biosfera (MAB/UNESCO) e com a realidade territorial atual proposto; um modelo de governança estruturado, capaz de integrar os diferentes atores e instituições envolvidos na gestão da Reserva; uma base estratégica para orientar a implementação, o monitoramento e a avaliação das ações da Reserva da Biosfera elaborada e um processo participativo e transparente definido, assegurando o envolvimento legítimo dos atores na gestão do território; **e a elaboração do Relatório de Revisão Periódica da Reserva da Biosfera da Caatinga, em conformidade com o Marco Estatutário, o Processo de Excelência e os procedimentos estabelecidos pelo Programa MAB da UNESCO, apto à submissão à UNESCO.**

Tais resultados deverão estar alinhados ao Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal e ao Plano de Ação Estratégico de Hangzhou para as Reservas da Biosfera (2026–2035). Para o alcance da Meta 3 (30x30), que prevê a proteção efetiva de 30% das áreas terrestres e marinhas até 2030, é fundamental que todas as zonas núcleo das Reservas da Biosfera estejam amparadas por instrumentos legais de proteção. Nesse contexto, a atualização da Reserva da Biosfera da Caatinga e a elaboração de seu Relatório de Revisão Periódica representam uma oportunidade para fortalecer sua governança, aprimorar sua integração com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e consolidá-la como plataforma territorial para a implementação das agendas de biodiversidade, clima e desenvolvimento sustentável.

Consequentemente, a revisão periódica deverá contribuir para a implementação do Programa Áreas Protegidas da Caatinga (ARCA) em sua totalidade, oferecendo uma base estratégica para orientar a criação, ampliação, conectividade e gestão integrada das unidades de conservação e demais áreas protegidas do bioma, fortalecendo a conservação da biodiversidade, a adaptação à mudança do clima e o combate à desertificação em escala regional.

De fato, a revisão favorecerá a Reserva da Biosfera da Caatinga, fortalecendo sua articulação institucional e visão estratégica do território, contribuindo para a escolha das áreas protegidas a serem criadas, considerando conectividade, importância biológicas e socioeconômica, adaptação e mitigação das mudanças do clima e combate à desertificação, assim como aperfeiçoará a gestão das áreas protegidas existente.

6. DIRETRIZ ESTRATÉGICA

A revisão e atualização da Reserva da Biosfera deverão priorizar sua viabilidade como arranjo institucional funcional, capaz de operar como plataforma territorial de implementação de políticas públicas e de compromissos internacionais.

A consultoria contratada deverá concentrar seus esforços na definição de elementos estruturantes, tais como delimitação territorial, zoneamento e modelo de governança, temas que deverão ser desenvolvidos de forma detalhada. Demais etapas, sugeridas no item “Escopo do Trabalho/Atividades/Produtos devem ser trabalhados e seus resultados apresentados em um nível mais estratégico e orientador, com recomendações que subsidiem etapas posteriores à revisão periódica da Reserva da Biosfera.

7. ESCOPO DO TRABALHO/ATIVIDADES/PRODUTOS

A consultoria contratada deverá prever em sua proposta técnica as atividades e produtos descritos neste TdR, de forma a garantir o alcance dos resultados esperados com esta contratação. A consultoria terá autonomia para propor ações complementares, desde que embasadas tecnicamente fundamentadas e alinhadas com o escopo do TdR, ou seja, que não ensejem em aumento de custo da consultoria, alteração dos produtos previstos ou extensão dos prazos de execução. Caberá à Unidade de Coordenação do Programa ARCA, exercida pelo Departamento de Áreas Protegidas (DAP/SBio/MMA) e à gerência do FUNBIO avaliar a pertinência das atividades propostas, podendo estes contar com o apoio do núcleo de coordenação do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Caatinga.

Após a contratação, a consultoria também deverá apresentar o Plano de Trabalho e demais produtos ao Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Caatinga, para análise, aprovação e envolvimento nas ações.

7.1 Etapas do trabalho

As etapas de trabalho descritas abaixo configuram-se como diretrizes orientadoras para o planejamento do serviço, devendo ser consolidadas e entregues no formato de produtos. O detalhamento de cada etapa/produto deve ser apresentado no Plano de Trabalho.

Etapa 1 – Diagnóstico Preliminar

A etapa de diagnóstico preliminar deverá partir, prioritariamente, da revisão, sistematização e análise crítica das informações já existentes sobre a Reserva, utilizando bases de dados oficiais, estudos e diagnósticos existentes, documentos de planejamento territorial e ambiental, planos de manejo e demais instrumentos relacionados às Unidades de Conservação (UCs), dados socioeconômicos e culturais, informações sobre Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), além de documentos e bases produzidos no âmbito do Programa MAB e aproveitando as informações levantadas no âmbito do Programa ARCA, evitando, na medida do possível, a duplicação de levantamentos e de esforços já realizados.

Caso ainda sejam identificadas lacunas de informações, estas deverão ser coletadas por meio de entrevistas, reuniões técnicas, consultas a atores locais e outras estratégias de escuta e validação.

Esta etapa deverá considerar a totalidade da Reserva da Biosfera, sem prejuízo de eventuais recortes estratégicos do território, quando devidamente justificados. A seguir, são descritos os componentes que devem estar presentes na etapa do diagnóstico preliminar.

- Revisar as áreas prioritárias para conservação (áreas pólo) e áreas prioritárias para a criação de UCs, atualizando as informações existentes e identificando eventuais lacunas ou áreas que demandem complementação de informações ou priorizações;
- Revisar os diagnósticos socioeconômico e cultural, identificando possíveis mudanças ocorridas desde diagnósticos anteriores, recorrendo à coleta de dados primários quando necessário para complementar ou validar as informações existentes;

- Identificar organizações da sociedade civil (OSC), organizações governamentais e demais atores considerados relevantes que atuam na região com potencial para atuar na governança da Reserva, considerando suas áreas de atuação, experiências e capacidade de participação em tais processos de governança;

- Avaliar a aderência da proposta às diretrizes do Programa MAB, verificando sua compatibilidade também com os objetivos e princípios das Reservas da Biosfera;

- Realizar levantamento de sobreposições com outros Instrumentos, considerando o SNUC e apontando possíveis complementaridades, conflitos, lacunas e oportunidades de integração entre estes diferentes instrumentos (planos de manejo, planos de ação, instrumentos de ordenamento territorial, áreas prioritárias, entre outros);

- Identificar possíveis gargalos de governança;

- Realizar o mapeamento dos Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais a Agricultores Familiares (PIPCTAFs) presentes na Reserva da Biosfera, sugerindo-se como metodologia mínima: o levantamento e sistematização de informações existentes; organização dos dados por meio de uma base georreferenciada; identificação e análise de sobreposições territoriais; levantamento de lacunas e validação junto aos atores locais quando necessário;

- Apresentar análise crítica da delimitação territorial atual, tendo em vista os resultados consolidados no diagnóstico preliminar.

Etapa 2 – Revisão/Atualização Territorial e Zoneamento

- A partir dos resultados do diagnóstico preliminar, propor o mapeamento e realizar a caracterização dos territórios integrantes da Reserva da Biosfera e de suas áreas de interface, identificando as áreas prioritárias para revisão e atualização de limites, considerando atores e lideranças envolvidos, instrumentos de gestão e arranjos territoriais relevantes, bem como oportunidades de integração com UCs, Terras Indígenas, Territórios Quilombolas, áreas privadas e demais territórios de povos e comunidades tradicionais, visando o fortalecimento da conectividade, da governança e da gestão integrada da paisagem. Dentro desse contexto, deve-se avaliar a potencial necessidade de Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), conforme a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT);
- Produzir mapas ilustrativos e orientadores para a gestão da Reserva da Biosfera: 1) mapa de referência, com camadas de municípios, bacias hidrográficas, áreas protegidas e zoneamento da Reserva; 2) mapa de uso e mudança do uso da terra; 3) mapa de relevância ambiental (fitofisionomias, corredores ecológicos) e 4) cultural (sítios arqueológicos, comunidades tradicionais, elementos da identidade cultural regional e local); 5) mapa de áreas prioritárias para conservação e recuperação/restauração ecológica.

Etapa 3 – Governança e Implementação

- Estruturar um modelo de governança multinível, funcional e implementável, considerando as questões de gênero, juventude e a participação qualificada dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) na governança da Reserva da Biosfera.
- Recomendar mecanismos objetivos de coordenação da Reserva;
- Propor diretrizes para financiamento e sustentabilidade, considerando o gasto mínimo com as reuniões ordinárias presenciais e a secretaria do Conselho da Reserva da Biosfera da Caatinga, por ano, e no total de 5 anos, considerando também os eventos a serem realizados para a revisão da Reserva da Biosfera, conforme disposto no item 8 deste TDR;
- Propor uma estratégia de comunicação para a Reserva da Biosfera, que aborde as esferas de educação ambiental regional e engajamento social da população residente no território;
- Propor estratégia de capacitação dos atores locais;
- Revisar a implementação das três funções da Reserva da Biosfera — conservação da biodiversidade, promoção do desenvolvimento sustentável e apoio logístico à pesquisa, monitoramento, educação e capacitação — propondo medidas para fortalecer sua efetividade e integração territorial.

Etapa 4 – Monitoramento (nível estratégico)

- Definir indicadores-chave para o monitoramento da Reserva da Biosfera da Caatinga, considerando o Hangzhou Strategic Action Plan 2026–2035 e suas 34 metas voluntárias;
- Propor estruturas de monitoramento e avaliação da Reserva.

Etapa 5 – Processo Participativo

- Propor possíveis arranjos de participação e governança e ações para fortalecimento/operacionalização do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera. Nessa etapa, será fundamental também propor um mecanismo de gestão de denúncias e reclamações (GRM) para a governança da Reserva. Tal instrumento deve ter o objetivo de receber queixas da população afetada, bem como preocupações públicas relacionadas ao desempenho ambiental e social da Reserva no território, oferecendo à comunidade envolvida a oportunidade de escuta e assistência no enfrentamento de impactos adversos e conflitos. A proposta de soluções também deve estar prevista no mecanismo.

8. PROCESSO PARTICIPATIVO

De forma a assegurar a participação de atores envolvidos na agenda da Reserva da Biosfera da Caatinga, o processo de revisão periódica deverá prever a realização de reuniões virtuais e oficinas presenciais. O formato e a metodologia de tais processos deverão estar descritos no plano de trabalho da consultoria contratada.

8.1 Proposta de Estrutura

- Mínimo de 4 reuniões virtuais entre a equipe contratada, a Unidade de Coordenação do Programa ARCA (DAP/SBio), Funbio, o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Caatinga, representantes dos comitês estaduais (coordenam a implementação da Reserva e os projetos nos respectivos estados) e demais atores indicados por estes, com o objetivo de acompanhamento e fornecimento de subsídios à elaboração dos produtos previstos nesta Especificação.
- 3 oficinas regionais presenciais, com o objetivo de incorporar conhecimentos técnico-científicos e tradicionais; promover o diálogo entre os diversos segmentos sociais e garantir participação legitimidade às propostas de revisão e atualização da configuração territorial, do zoneamento e

do modelo de governança da Reserva. Prevê-se que as oficinas regionais tenham a duração de um a dois dias e uma estimativa participação de cerca de 20 atores para cada ocasião (seleção por meio de mapeamento de atores); e

- 1 oficina nacional, com o objetivo de validar os resultados alcançados nas oficinas regionais e subsidiar a pactuação final. Para esta etapa, estima-se a participação de aproximadamente 20 convidados (por meio de mapeamento de atores) e a duração de um dia inteiro, podendo também ser realizada no formato virtual.

Sugestões de Oficinas Regionais

Região 1 – Meio-Norte/Sertão

- Local: Teresina (PI)
- Abrangência: MA, PI, CE

Região 2 – Sertão/Agreste

- Local: Campina Grande (PB)
- Abrangência: RN, PB, PE

Região 3 – Sertão/Agreste

- Local: Feira de Santana (BA)
- Abrangência: AL, SE, BA, MG

Sugestão de Oficina Nacional

- Local: Brasília (DF) ou virtual, reunindo os resultados obtidos nas oficinas regionais.

Sugestão de Metodologia das Oficinas Regionais e Nacional

Recomenda-se que as oficinas sejam orientadoras a tomadas de decisão, focando na validação de propostas técnicas. Para subsidiar os debates e facilitar a construção de consensos, poderão ser utilizados mapas participativos e outras ferramentas que permitam aos participantes analisarem e discutir as propostas de delimitação territorial, zoneamento e governança da Reserva da Biosfera da Caatinga. Ao final de cada oficina, os resultados deverão ser consolidados por meio de relatorias que sistematizarão as contribuições e recomendações recebidas.

As oficinas presenciais devem adotar uma metodologia participativa e inclusiva, garantindo condições apropriadas para que todos os participantes possam acompanhar, contribuir e interagir de forma efetiva ao longo das atividades. Tais condições incluem: lista de presença que disponibilizem informações sobre gênero e idade; infraestrutura adequada; segurança; acessibilidade física e comunicacional; apoio a participação de pessoas com crianças; atividades que estimulem a escuta, o diálogo, o intercâmbio de experiências e a construção coletiva, entre outros.

9. PRODUTOS

A consultoria contratada deverá apresentar os seguintes produtos, relacionando-os com as etapas descritas nesta Especificação:

1. Plano de Trabalho, que detalhará os produtos seguintes e os relacionará com as etapas previstas nesta Especificação;

2. Diagnóstico socioambiental, econômico e histórico-cultural (material e imaterial);

3. Realização de oficinas e respectivas relatorias

4. Proposta Técnica (revisão de limites, zoneamento e governança)

5. Relatório Estratégico que, preferencialmente, deverá contemplar:

a. Apresentação (objetivos, contexto, metodologia);

b. Visão estratégica da Reserva da Biosfera da Caatinga (missão, visão de futuro, alinhamento com o Programa MAB e com as políticas públicas nacionais);

c. Síntese da revisão e atualização territorial (justificativas e critérios utilizados, comparações com os limites e zoneamento originais);

d. Diretrizes para o zoneamento;

e. Modelo de governança (papel dos atores envolvidos, funcionamento do Conselho, articulações com as 3 esferas federativas e demais parceiros);

f. Sugestão de agenda de implementação (incluindo previsão de revisão periódica);

g. Integração com políticas públicas (principalmente o SNUC, o Programa ARCA e políticas estaduais e municipais);

h. Pesquisa, monitoramento e gestão do conhecimento (com proposta de indicadores);

i. Estratégia de comunicação, educação ambiental e engajamento social (formação da identidade da Reserva, capacitação dos atores locais);

j. Estratégias de financiamento (mobilização e captação de recursos, cooperação internacional, parcerias e projetos);

k. Recomendações finais.

6. Relatório de Revisão Periódica da Reserva da Biosfera da Caatinga, em conformidade com o Marco Estatutário, o Processo de Excelência e os procedimentos estabelecidos pelo Programa MAB da UNESCO, apto à submissão à UNESCO (na língua exigida pelo Programa).

10. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E PAGAMENTOS

A Tabela 1 descreve os produtos esperados da consultoria, o cronograma de entrega de cada produto após a assinatura do contrato e a porcentagem das parcelas de pagamento para cada produto.

Tabela 1. Cronograma e descrição dos produtos com a previsão de entrega após a assinatura do contrato.

Produtos	**Prazo de entrega** (Dias a partir da assinatura do contrato)	**% do valor do contrato**
PRODUTO 1 – Plano de Trabalho	15 dias	5%

PRODUTO 2 – Diagnostico socioambiental, econômico e histórico-cultural	40 dias	15%
PRODUTO 3 – Oficinas e Relatorias	90 dias	20%
PRODUTO 4 – Proposta Técnica (limites, zoneamento e governança)	120 dias	20%
PRODUTO 5 – Relatório Final Estratégico	150 dias	20%
PRODUTO 6 – Documento Final para o Programa MaB em português e inglês ou espanhol (incluindo o Relatório de Revisão Periódica da Reserva da Biosfera da Caatinga)	180 dias	20%
Total		**100%**

As atividades deverão ser desempenhadas em até 180 dias (aproximadamente 06 meses), de acordo com o cronograma de entrega dos produtos. Qualquer alteração de escopo deve passar pela anuência do FUNBIO enquanto contratante e da equipe responsável pelo acompanhamento e supervisão técnica do contrato do MMA. Sem prejuízo do andamento do produto seguinte, haverá um prazo de 5 (cinco) dias úteis para revisão de cada produto e a consultoria terá 5 (cinco) dias para ajustes, caso necessário. Serão deduzidos, no ato dos pagamentos, os descontos estipulados por lei.

O consultor deverá encaminhar uma cópia de cada produto para a equipe responsável no MMA e demais e-mails posteriormente indicados, que, uma vez aprovados, enviará ao FUNBIO.

O pagamento será feito em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento, no FUNBIO, do documento de cobrança (quando empresa: nota fiscal/fatura) e do Termo de Recebimento - TR (documento emitido pelo beneficiário, responsável pelo recebimento, atestando que os serviços foram prestados em conformidade com as especificações solicitadas, quantidades e etapas, se for o caso).

11. FORMA DE APRESENTAÇÃO

As versões preliminares e finais dos produtos deverão ser entregues em meio digital, textos em padrão Word, (ou compatível), apresentando qualidade técnica e linguagem compatível com sua destinação, em português, papel formato A4, conforme normas da ABNT, espaçamento 1,5.

As apresentações e demais materiais utilizados nas reuniões poderão estar no formato ppt ou outras mídias, quando cabível. Mapas deverão ser encaminhados em shapefile e em kmz ou kml.

A consultoria contratada terá o compromisso de executar possíveis ajustes e/ou readequações dos produtos sugeridas pelos supervisores da consultoria, sem que isso gere necessidade de pagamento adicional.

Após a aprovação de cada produto, estes passarão a ser identificados como de propriedade do Contratante (FUNBIO) e do MMA, respeitados os direitos de propriedade intelectual, inclusive contendo texto identificando o apoio do Programa ARCA, bem como as logomarcas deste e das instituições envolvidas no trabalho.

A consultoria poderá reter cópia dos produtos acima indicados, mas sua utilização para fins diferentes do objeto deste instrumento dependerá de autorização prévia e expressa do contratante, mesmo depois de encerrado o contrato.

12. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A unidade demandante do serviço descrito neste TdR é o DAP/SBio/MMA, que terá a responsabilidade técnica direta pelo acompanhamento e supervisão de todas as etapas das atividades realizadas pela contratada, bem como a obtenção de quaisquer esclarecimentos técnicos julgados necessários relativos à sua execução.

A equipe de acompanhamento e supervisão do serviço atestará a conformidade da execução dos produtos em relação às condições estabelecidas neste TdR e concluirá pela aprovação, pelo ajuste ou pela reprovação dos documentos.

Após a aprovação, o respectivo produto será encaminhado para as devidas providências de pagamento em conformidade com os percentuais descritos neste TdR (item 10, Tabela 1), acompanhado do Termo de Recebimento e Aceite. O FUNBIO realizará o pagamento em até 10 dias úteis. O não atendimento às condições estabelecidas neste TdR poderão resultar na recomendação para a rescisão do contrato.

13. INSUMOS

13.1 FUNBIO, MMA e Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Caatinga

As equipes do FUNBIO e do MMA disponibilizarão acesso aos conteúdos técnicos e demais arquivos-base do Programa ARCA mencionado neste TdR, para apoio à realização dos trabalhos da contratada. A equipe do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Caatinga disponibilizará os conteúdos referentes ao histórico da Reserva da Biosfera, de modo a apoiar e facilitar a integração com demais informações a serem levantadas pela contratada.

As despesas referentes às oficinas presenciais serão de responsabilidade do contratante, cobertos com recursos do Programa ARCA.

13.2 Contratada

A contratada deverá dispor de todos os equipamentos e ferramentas (hardware e software) e demais condições necessárias para realização das atividades previstas neste TdR. As ilustrações, fotos, gráficos e demais elementos visuais que facilitem a compreensão e o entendimento do conteúdo dos produtos dessa consultoria serão de responsabilidade da(o) contratada(o), podendo o FUNBIO e o MMA compartilhar também em seu acervo de imagens.

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Perfil da Equipe-chave

- Coordenador de Equipe
- Especialista em planejamento territorial;

- Especialista em governança ambiental/socioambiental;
- Especialista SIG;
- Facilitador de processos participativos.

A equipe contratada deverá ser formada por um(a) coordenador(a) e profissionais com formação e experiência mínima de acordo com os critérios descritos abaixo:

1) Coordenador de Equipe:

- Formação superior em Ciências Biológicas, Engenharia Florestal, Geografia, Agronomia, Economia, Administração, Gestão Pública, ou áreas afins aos perfis acima;
- Mestrado em Ecologia, Biologia, Ciências Ambientais, Ciências Florestais, Geografia ou áreas afins aos perfis acima;
- Experiência no bioma Caatinga;
- Execução de trabalhos no âmbito do TdR ou temas correlatos.

2) Demais Profissionais (Especialistas em Planejamento Territorial, Governança Ambiental/Socioambiental, Geoprocessamento, Facilitador em Processos Participativos):

- Cursos que, somados, totalizem pelo menos 180 horas em suas áreas de atuação;
- Pós-graduação.

3) A empresa contratada deverá apresentar o seguinte perfil:

Experiência profissional, de, pelo menos, três anos em criação/gestão de Unidades de Conservação ou em consultorias e prestações de serviços relacionados a conservação e uso sustentável da biodiversidade, preferencialmente no bioma Caatinga; desejável experiência na gestão ou participação em conselhos de Unidades de Conservação;

Experiência em planejamento estratégico e gestão de projetos com análise/acompanhamento de indicadores de projetos socioambientais de, no mínimo, três anos, considerando a temática de construção e avaliação de indicadores e objetivos estratégicos.

A formação acadêmica dos profissionais deverá ser demonstrada por meio de declarações de instituição de ensino ou cópias de certificados ou de diplomas. A experiência profissional da equipe/experiência da proponente deverá ser devidamente comprovada mediante apresentação de atestados de capacidade técnica, relatórios, declarações de contratantes, contratos ou documentos similares.

15. MECANISMO DE RESOLUÇÃO DE DENÚNCIAS E RECLAMAÇÕES (MGDR)

Canais para reclamações sobre salvaguardas do Programa ARCA:

- Whatsapp - (11) 5039-6534; 0800 881 9431;
- site http://www.contatoseguro.com.br/salvaguardasfunbio; e
- Aplicativo Contato Seguro.